

Campo literário e (des)legitimação: o caso de Émile Du Tiers

Lucas Piter Alves Costa
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, FAPEMIG)

johannlufter@yahoo.com.br

André William Alves de Assis
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, FAPEMIG)

assis.awa@gmail.com

Resumo:

Este trabalho se insere na Análise do Discurso de linha francesa. Seu objetivo é apresentar uma concepção de Literatura como ‘instituição discursiva’ e discutir a problemática de (des)legitimação no ‘campo literário’. Esse campo se mostra como um lugar de poder em que diferentes enunciadore se colocam em concorrência por um ‘posicionamento’ mais ou menos legitimado. Para exemplificar a tentativa de (auto)legitimação por parte de um autor, recorremos a um trabalho de Maingueneau (2010), em que ele toma o percurso literário do poeta francês Émile Du Tiers. Veremos que, apesar das tentativas do poeta de se alinhar aos produtores parisienses de ‘centro’, ao fim de sua carreira, ele é ‘posicionado’ pela crítica como um escritor ‘regional’. Esses conceitos serão aqui trabalhados a partir de Maingueneau (2006, 2010).

Palavras-chave: Deslegitimação; Instituição discursiva; Émile du Tiers; Campo literário

Abstract:

This work fits within the French Discourse Analysis. Their goal is to present a conception of literature as an institution and discuss the problematic discourse of (de)legitimation in the literary field. This field is shown as a place of power in which different enunciators put themselves in competition for a position more or less legitimized. To exemplify the attempt of (self) legitimation by an author, we resort to a work of Maingueneau (2010), in which he takes the literary career of the French poet Émile Du Tiers. We will see that, despite the attempts of the poet to align with the Parisian producer of center, at the end of his career, he is positioned by critics as a regional writer. These concepts will be worked here based in Maingueneau (2006, 2010).

Key-words: Delegitimization; Discursive institution; Émile du Tiers; Literary field

APRESENTAÇÃO

A enunciação literária se forma no quadro de uma ‘instituição discursiva’, ela não é estanque, estável e delimitável, embora possa ter em sua configuração mecanismos que garantam sua (auto)regulação e legitimação dos seus próprios componentes.

Assim, nossa intenção com este trabalho é apresentar uma forma de ver a literatura – como ‘instituição discursiva’ – e exemplificar como essa instituição regula as identidades enunciativas e seus lugares de poder, através de práticas sociodiscursivas diversas. Dentro dos limites dessa instituição, há um ‘campo discursivo’ em que autores e crítica estabelecem relações uns com os outros mediadas pelo discurso, relações essas que determinam os lugares mais ou menos legitimados de seus sujeitos representantes.

Para exemplificar a tentativa de (auto)legitimação por parte de um autor, recorremos a um trabalho de Maingueneau (2010), em ele que toma o percurso literário do poeta francês Émile Du Tiers. Durante sua breve carreira, Du Tiers estabeleceu diferentes estratégias de ‘posicionamento’ no ‘centro’ do ‘campo discursivo literário’.

Este trabalho se insere na Análise do Discurso de linha francesa e se apoia, sobretudo, nos pressupostos e reflexões de Maingueneau. Num primeiro momento, descreveremos aspectos da instituição literária para a compreensão de como o discurso é regulado numa relação de poder entre os seus representantes, e em seguida, descreveremos a trajetória de Du Tiers ‘dentro’ dessa instituição, com base na análise de Maingueneau (2010). Por esse viés, o discurso não seria só o

meio através do qual se exerce o poder, mas também o ‘lugar’ pelo qual se luta para exercê-lo. ‘Luta-se por meio do discurso, no discurso, pelo discurso’. O poder ‘dentro’ desse ‘lugar’ é uma questão de inscrição no ordenamento discursivo, de legitimação como pessoa que tem o direito de fala.

A LITERATURA COMO INSTITUIÇÃO

Criticamos aquela visão romântica que considera a Literatura como um discurso superior, totalmente diferente dos outros discursos ditos «transitivos»¹ e que atribui ao indivíduo a fonte criadora da obra de arte, em detrimento do caráter essencialmente institucional da literatura. Como criticou Facina (2004), essa postura romântica vê a arte e a cultura em geral como:

esferas à parte da atividade humana, ‘completamente’ autônomas e ‘distanciadas’ da dimensão da produção material da vida e, conseqüentemente, mais elevadas, nobres e sujeitas a regras especiais de entendimento que, em geral, são vistas como da ordem da intuição e da sensibilidade, muito mais do que da análise racional. (Facina, 2004: 26, grifos nossos)

Vemos a Literatura como processo, ou seja, a Literatura como um *continuum*, ou, melhor ainda, como um ambiente formado por discursos e por práticas socio-discursivas, sempre em agregação de valores, nunca em superação ou negação absoluta daqueles que vieram antes. Afirma-se constantemente, por exemplo, que o Realismo é a «negação» de valores do Romantismo, mas dificilmente poderemos dizer que a Literatura hoje é a negação de obras de ontem, pois ela apresenta-se «como um ininterrupto processo histórico de produção de novos textos» (Silva, 1990: 14), não como uma herança ou monumento estético meramente transferível.

A ideia que se desenvolve aqui é a de uma Literatura como ‘instituição discursiva’, similar às instituições de discurso que definimos, com base em saberes comuns, como a Justiça, a Religião, a Política, e o mesmo vale para o Cinema, o Teatro, os Quadrinhos, etc. Em outros termos, trata-se de uma concepção de Literatura – diferente de ‘literatura’ ou ‘literaturas’² – como uma instituição ‘relativamente’ autônoma, um todo complexo de práticas que compreende seus representantes, seus textos, suas práticas sociais, seus mecanismos característicos de (relativa) autogestão. Nesse sentido, uma grande rede de discursos ao mesmo tempo constitui um sistema e o mantém.

Rompendo com aquela postura romântica, a superioridade do discurso literário torna-se uma ilusão que cai por terra, o que nos permite avaliar a Literatura como qualquer outro ambiente de práticas textuais, e aceitar que a enunciação literária seja parte de uma rede discursiva muito mais complexa e abrangente, responsável por caracterizar sua enunciação como típica de um tal discurso e não de outro.

Nessa concepção, os discursos que caracterizam o ambiente literário são da mesma forma socialmente constitutivos, pois é por meio de discursos que se constituem estruturas sociais; e também constituídos socialmente, pois variam segundo os domínios sociais em que são gerados, de acordo com as ordens de discurso a que se filiam. Esse imbricamento entre discursos definidos e definidores, atrelados às práticas sociais que os integram, forma, resumidamente, o que chamamos de «instituição discursiva»³.

Esse conceito de instituição, aplicável a qualquer cadeia de formação discursiva e ideológica, permite visualizar o grande espaço simbólico em que se dá qualquer prática de linguagem, e acentuar as complexas mediações nos termos das quais se define a Literatura – aquilo que a distingue minimamente da Religião ou do Cinema, por exemplo – e seus representantes: a crítica, os editores, o público, os autores.

Trata-se de ver a instituição como um mundo pré-configurado, no qual um indivíduo se insere aderindo às suas regras, consciente ou não, e também se instituindo como um representante do discurso que forma essa instituição. Os escritores e os críticos produzem suas obras e se ‘inscrevem’ na instituição literária, mas antes que o façam, escritores, críticos e obras são igualmente produzidos eles mesmos por todo um conjunto de práticas sociodiscursivas. Desse modo:

Se empregada em sua acepção imediata, a noção de instituição literária designa a vida literária (os artistas, os editores, os prêmios etc.). Podemos ampliar seu domínio de

¹ «Transitivo» em oposição a «intransitivo», de acordo com Maingueneau (2008). «Transitivo» seria o discurso com um fim estritamente pragmático, sua finalidade não se encontra no texto em si, mas fora dele. «Intransitivo» seria aquele discurso que encerra em si mesmo a sua finalidade. Deve-se ressaltar que há (ou houve) muitas divergências no meio literário sobre a função da literatura, o que levantou as reflexões sobre a literatura como uma missão, visando a um papel social e conscientizador. No cume da discussão está o acesso à literatura, um direito que não se limita a um grupo escolhido.

² Com essa distinção, não queremos excluir o caráter de ‘literariedade’ (Silva, 1990) que possa ser aplicado, por exemplo, às histórias em quadrinhos, sem que isso as classifique como Literatura. Os Quadrinhos, como instituição discursiva quadrinística, é uma forma de ‘literatura’ em seu ‘sentido lato’ (Costa, 2013), mas não é Literatura. Também não pretendemos tocar na questão das ‘literaturas regionais’, de diversos países, em sua pluralidade.

³ Referimo-nos à aplicação filosófica do termo (Charaudeau, Maingueneau, 2008).

validade, como o fazem muitos sociólogos, levando em conta o conjunto de quadros sociais da atividade dita literária, tanto as representações coletivas que se têm dos escritores, como a legislação (por exemplo, sobre os direitos autorais), as instâncias de legitimação e de regulação da produção, as práticas (concursos e prêmios literários), os usos (envio de um original a um editor...), os *habitus*, as carreiras previsíveis e assim por diante. Essa ampliação do campo de visão promoveu uma profunda renovação da concepção que se pode ter do discurso literário. (Maingueneau, 2006: 53, grifos do autor)

À guisa de exemplo, tomemos a literatura romântica. Podemos pensar no Romantismo como uma espécie de ‘campo’ dentro da instituição discursiva literária, de um lado; e do outro, o surgimento da imprensa bem antes desse ‘campo’. Maingueneau (2005) é enfático ao asseverar que «não há, antes, uma instituição, depois uma massa documental, enunciadores, ritos genéticos, uma enunciação, uma difusão e, enfim, um consumo, mas uma mesma rede que rege semanticamente essas diversas instâncias» (Maingueneau, 2005: 142); não há, portanto, uma separação entre aspectos institucionais e produção de consumo.

De fato, não poderíamos pensar em Romantismo sem atrelá-lo à imprensa, aos jornais que veiculavam os folhetins, o que nos leva a considerar que aquela foi determinante para a literatura da época (ou ao menos tenha possibilitado sua configuração). Pensar a literatura como instituição significa assumir que ela existe como tal antes mesmo dos meios de produção que a configuram naquele determinado momento. Ainda nesse contexto, para prosseguir com nosso raciocínio, podemos visualizar os salões literários ou os folhetins também como ‘espaços discursivos’ específicos que compõem o ‘campo literário romântico’.

Os salões, os cafês, os saraus são ambientes legitimados e legitimadores da sua literatura vigente (é óbvio que esses ambientes mudam conforme muda a instituição literária, integrando-se a outras estéticas). São absorvidos pela instituição literária como componentes de sua formação, assim como a imprensa. O discurso literário não deixaria de existir sem esses componentes, mas sua configuração seria outra, tal ‘campo’ seria um outro. Em resumo, o sujeito que se assume como escritor é consumido pela instituição antes mesmo de efetivar sua obra, e:

As diversas estéticas, as ‘escolas’ são indissociáveis das modalidades de sua existência social, dos lugares e das práticas que elas revestem e que as revestem. A diferença entre o café do século XIX e o salão dos séculos XVII e XVIII intervém na própria definição da condição da literatura nas sociedades envolvidas. (Maingueneau, 2001: 32)

E como cada instituição gerencia suas próprias regras, elas estão sujeitas a mudanças, ou melhor, a agregações de valores em cada época e lugar. Esse mecanismo implícito da instituição literária determina quem está ‘fora’ e quem está ‘dentro’ do discurso/poder que a constitui, e determina ainda os próprios discursos/contextos que a constituem. Dentro dessa ótica, interessa-nos quem estaria no ‘centro’ ou às ‘margens’ da instituição, como é o caso de Du Tiers, como veremos. Isso pelo fato de que, na França, as noções de ‘centro’ e ‘periferia’ representam o modo como as práticas políticas e culturais se posicionam em termos de *status*.

AJUSTAMENTO NO CAMPO LITERÁRIO: O CASO DE DU TIERS

Maingueneau (2010) faz considerações sobre o conceito de ‘campo discursivo’, e toma como exemplo a produção e o percurso literários em busca de ascensão de Émile du Tiers (1848-1897), poeta do fim do século XIX. Quase totalmente desconhecido, sua trajetória literária é curta, se estende de 1890 a 1896, totalizando cinco coletâneas publicadas em Niort. A temática de seus poemas é «frequentemente regional, mas o posicionamento do autor não é regionalista; essa diferença, veremos, é crucial [para] compreender as diversas estratégias que o poeta usou para tentar integrar-se ao campo» (Maingueneau, 2010: 52, inserção nossa). Quando começou a escrever, Du Tiers já tinha 42 anos de idade e era portador de uma doença incurável. Solteiro e rico burguês, abandonou em 1888 uma carreira promissora para se dedicar à literatura.

A partir de trabalhos de Bourdieu, Maingueneau (2010) define o campo como o espaço «em que se definem as trajetórias efetivas dos escritores que estão constantemente reajustando suas estratégias em função da maneira como evolui sua

posição» (Maingueneau, 2010: 52). Dessa maneira, ao tomar como exemplo o projeto literário de Du Tiers, Maingueneau (2010) observou como a trajetória de um escritor não é um processo contínuo ou uma «carreira» coerente. Tal trajetória agrupa estratégias difíceis de integrar num quadro simples e harmonioso. Assim, o ponto de apoio de Maingueneau para o estabelecimento das estratégias de Du Tiers em sua inscrição no campo literário são as sucessivas dedicatórias, que compõem as coletâneas de poemas por ele publicadas, àqueles com quem queria se equiparar em estilo e prestígio.

A abordagem de Maingueneau (2010) – que parte, sobretudo, dos trabalhos de sociologia da literatura inspirados pela problemática levantada por Bourdieu – faz crer que «a produção de obras não deve ser diretamente relacionada à sociedade considerada em sua globalidade, mas a um setor bem limitado daquela sociedade» (Maingueneau, 2010: 49), setor esse que toma a forma de um campo com suas próprias regras, um «lugar de uma luta mais ou menos desigual entre agentes desigualmente providos de capital simbólico» (Bourdieu, 1975: 91). Nesse sentido, capital simbólico é compreendido como o domínio da palavra, e envolve também o poder de fala dentro da instituição.

Maingueneau transpõe o campo de Bourdieu ao propor a noção de campo discursivo em análise do discurso. Para ele, é preciso ir além do raciocínio «em termos de atores, de posições e de lutas pela autoridade. É preciso traduzir isso em termos de ‘identidade enunciativa’» (Maingueneau, 2010: 50, grifos nossos). Com isso, o autor insere a noção de «posicionamento» em sua discussão sobre o campo:

Esses posicionamentos [essas identidades enunciativas] não são apenas doutrinas estéticas mais ou menos elaboradas; são indissociáveis das modalidades de sua existência social, do estatuto de seus atores, dos lugares e práticas que eles investem e que os investem (Maingueneau, 2006: 151, inserção nossa).

A noção de ‘posicionamento’ implica relacionar certos enunciados a diversas «identidades enunciativas que se definem umas às outras» (Maingueneau, 2010: 50) em uma relação de ampla concorrência, ressaltando que o objeto da Análise do Discurso não é o discurso isolado, mas sim o sistema de relações que faz com que os discursos se constituam e se mantenham concomitante e reciprocamente – o interdiscurso.

Refinando o conceito de campo discursivo, Maingueneau (2010) afirma que a heterogeneidade constitui um de seus traços essenciais, pois nele «não se lida com posicionamentos que teriam um estatuto equivalente [...]. O campo tem efetivamente um ‘centro’, uma ‘periferia’ e uma ‘fronteira’» (Maingueneau, 2010: 51). Dessa forma, os escritores não ocupam os mesmos lugares no campo literário, eles detêm de mais ou menos prestígio de acordo com os embates de seus posicionamentos, efetivados, obviamente, pelo discurso.

Ao analisar a inscrição de Du Tiers na instituição literária, Maingueneau (2010) observa na primeira coletânea do poeta, *Promenades sans but* (1890), uma dedicatória ao riacho local, da província onde nasceu, «à la Sèvre niortaise», como era de costume então. Essa dedicatória não possibilita indicar uma posição visada por Du Tiers no campo literário, pois uma dedicatória a um elemento de sua origem não estabelece com outros escritores uma relação de concorrência, pelos menos não diretamente.

Já na segunda coletânea, há uma direção diferenciada. A dedicatória de *Jours perdus* (1891) é para Jules Sandeau: «Em memória de Jules Sandeau. Mestre ilustre e venerado». Maingueneau (2010) afirma que o homenageado oferece duas vantagens a Du Tiers em termos de inscrição na instituição literária: o falecido era também um provinciano, mas que havia conseguido uma posição central na literatura parisiense; e sua irmã, também falecida um pouco antes, era bem conhecida de Du Tiers. Essa dedicatória permite situar Du Tiers no campo literário, pois coloca de encontro ao seu posicionamento o posicionamento de Sandeau. Ao dedicar sua segunda coletânea a um provinciano que galgou espaço na literatura de centro de Paris, Du Tiers estabelece uma relação de existência que visa levar em conta a existência de Sandeau. É uma tentativa de se legitimar no campo como seu ‘igual’.

Mas é na coletânea seguinte que o confronto de posicionamentos se torna ainda mais claro e a tentativa de legitimação mais evidente por meio da aproximação

de pares. Em *Derniers sillons* (1892), Du Tiers faz uma dedicatória a um autor do centro do campo, ou seja, a alguém cujo prestígio é reconhecido: Sully Prudhomme (1839-1907), que em 1901 recebeu o Nobel de literatura. A dedicatória é categórica em situar o posicionamento visado por Du Tiers: «Ao mestre ilustre, Sully Prudhomme, esta modesta coletânea de versos é dedicada». Du Tiers se assume como discípulo de Prudhomme. A essa dedicatória, Prudhomme responde afavelmente com os dizeres: «Meu caro confrade...», estabelecendo no decorrer da carta uma proximidade e reconhecimento do trabalho de Du Tiers. Prudhomme tem o poder de legitimar, em parte, Du Tiers.

A análise de Maingueneau (2010) segue o mesmo ritmo com as coletâneas seguintes: *Pulvis* (1893), que não obteve o mesmo reconhecimento do homenageado, um parnasiano do centro de Paris, que, muito pelo contrário, ignorou a dedicatória; e *Vision rustiques* (1896), que representou uma mudança na estratégia de Du Tiers dentro do campo, pois o homenageado era um poeta regionalista que reconheceu seu trabalho.

Após a morte de Du Tiers, o processo de posicionamento de sua obra continuou, «pois a autoridade de um texto não se reduz à de seu autor, mas implica também os reinvestimentos dos quais ele é eventualmente objeto» (Maingueneau, 2010: 56). Por fim, com uma nova edição, a obra de Du Tiers foi colocada sob a bandeira da literatura regional; «em vez de tentar posicioná-lo como um provinciano tomado pelo tropismo parisiense, um dominado do campo, assiste-se a um esforço para colocar o poeta no centro de um subcampo» (Maingueneau, 2010: 57). Dessa forma, podemos ver como o papel dos leitores, em especial o da crítica, é fundamental para a legitimidade e posicionamento da obra e do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática do campo discursivo traz à tona outros conceitos imediatamente: o de instituição literária e o de posicionamento. E ainda, como as relações entre discursos são imanentes ao processo de posicionamento do autor, traduzir esse processo em termos de ‘identidade enunciativa’, como sugere Maingueneau (2010), é, portanto, estudar a posição dos sujeitos concorrentes (um estudo da heterogeneidade enunciativa). No núcleo dessa concorrência por um lugar legitimado de fala, estão em relação os autores e a crítica.

As considerações de Maingueneau (2006, 2010) sobre o campo discursivo literário, como parte da instituição discursiva literária, corroboram sua ideia de que a ‘literatura’ é um ‘discurso constituinte’ (Maingueneau, 2006), ou seja, de que ela estabelece, obrigatoriamente, relações privilegiadas com outros discursos. «A expressão ‘discurso constituinte’ designa fundamentalmente os discursos que se propõem como discursos de Origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesma.» (Maingueneau, 2006: 61). Seria também o caso da Filosofia, por exemplo, segundo o autor.

O exemplo de Du Tiers trabalhado por Maingueneau (2010) permite-nos perceber que é preciso reconhecer a instabilidade dos modos de concorrência literária e de como seus agentes são responsáveis pela manutenção das posições de uns dos outros por meio do ‘lugar de fala’, do direito à ‘palavra’, sendo essa um bem simbólico altamente concorrido:

A concorrência implica minimamente a existência de uma pluralidade de produtores que procuram ser reconhecidos como os mais legítimos por um público – muito restrito – que tem a possibilidade de preferir alguns a outros e de recompensá-los materialmente e/ou simbolicamente em função dessa periferia. (Maingueneau, 2010: 58)

A concorrência entre os posicionamentos centrais e periféricos pode levar a uma interpretação equivocada do campo como uma ‘escola literária’, em que os autores são reconhecidos ou não como pertencentes a tal escola. A noção de ‘escola’ não é a única forma de posicionar um autor. Cabe ressaltar que Maingueneau (2010) leva em conta que os escritores «podem, ainda se distinguir por seu pertencimento a uma região, a uma corte principesca, a um idioma» (Maingueneau, 2010: 58).

Vê-se que fatores ditos externos ao ambiente literário interferem no posicionamento (e, portanto, na legitimação) de um escritor. Isso põe em cheque a própria concepção de instituição discursiva como um domínio estável, pois as fronteiras do discurso literário são instáveis, a literatura não é um domínio bem específico, de modo que seus 'limites' se chocam constantemente com os 'limites' do campo.

Dentro dessa perspectiva, a noção de 'produtor' de um texto literário varia de acordo com a conjuntura em que é criada, concepção que pode variar de acordo com lugares e épocas. Estamos lidando muito mais com os ritos 'aceitáveis' no processo de produção literária do que com a categoria de autor que relega um texto para si (de fato, a concepção que se tem de autoria é uma invenção moderna). Ela não existia, pelo menos não da maneira que a concebemos, nos textos clássicos, nas narrativas de caráter mítico e lendário que, em alguns casos, foram compiladas por um 'Autor'. Assim, quando «os filósofos do século XIX se perguntavam se Homero era ou não o 'autor' da *Odisséia*, a questão era na verdade a de saber o que, no caso de uma obra como essa, poderia significar ser o 'autor'.» (Maingueneau, 2006: 134). Em suma, os critérios de legitimação autoral são outros desde a invenção da imprensa. A autoria para Maingueneau (2006) é compreendida como parte integrante das instâncias de funcionamento discursivo.

Para Maingueneau (2006, 2010), a instituição discursiva é determinante da criação literária, e não hostil a ela, como crê a visão romantizada. Em outras palavras, os embates no campo discursivo são componentes da instituição literária, sendo desta uma dimensão insita. E esses embates no campo por uma posição enunciativa (o poder de falar de tal ou tal maneira) obedecem a todo um complexo institucional de práticas legitimadoras de produção, circulação e recepção dos textos.

Dessa forma, concluímos por ora que dizer que a produção de um determinado autor tem menos valor estético, que não é representativa da sociedade (resumindo tudo na comparação com as obras anteriores, como se a Literatura não sofresse continuamente mudanças), demonstra apenas a tentativa de uma crítica tradicionalista em estabelecer o domínio sobre o 'saber literário' e sobre o 'saber fazer' literário.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, Pierre (1975), «La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison», *Sociologie et société*, vol. 7, n. 1., pp. 91-118.
- Charaudeau, Patrick - Maingueneau, Dominique (2008), *Dicionário de análise do discurso*, São Paulo, Contexto.
- Costa, Lucas Piter Alves (2013), *O Alienista, de Fábio Moon e Gabriel Bá: uma análise do discurso quadrinístico*, Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.
- Facina, Adriana (2004). *Literatura e sociedade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Maingueneau, Dominique (2001), *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*, Trad. Marina Appenzeller, São Paulo, Martins Fontes.
- Maingueneau, Dominique (2005), *Gênese dos discursos*, São Paulo, Criar.
- Maingueneau, Dominique (2006), *Discurso literário*, São Paulo, Contexto.
- Maingueneau, Dominique (2008), «Analyse du discours et littérature: problèmes épistémologiques et institutionnel», *Argumentation et Analyse du Discours* [Online], n°1/2008 <<http://aad.revues.org/index351.html>> (acesso em: 2 março 2010).
- Maingueneau, Dominique (2010), «Campo discursivo: a propósito do campo literário», in *Doze conceitos em análise do discurso*, trad. Adail Sobral [et al.], São Paulo, Parábola, pp. 49-62.
- Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (1990), «Os conceitos de literatura e literariedade», in *Teoria da literatura*, 8ª ed., Coimbra, Almedina, pp. 1-42.